

MENSAGEM Nº 30/2018

Itaú de Minas, em 26 de

Senhor Presidente,

Pela presente, venho encaminhar a apreciação da Casa o Projeto de Lei, de minha autoria, que versa sobre a seguinte matéria:

- INSTITUI A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA - NO ÂMBITO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Projeto de Lei que ora remetemos à apreciação da Casa visa criar e regulamentar a CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - no âmbito do Poder Executivo Municipal.

A matéria é de suma importância para o Poder Público municipal, que há muito tempo espera pela criação da Comissão, que tem seu foco de atuação na garantia da segurança no trabalho.

A CIPA tem como objetivo principal de suas atividades voltadas à prevenção de acidentes do trabalho e de doenças ocupacionais, à melhoria das condições de trabalho dos servidores públicos, mantendo permanentemente compatível a execução das atividades com a preservação da vida e a promoção da saúde do servidor.

Pelo exposto, esperamos contar com a aprovação do Projeto de Lei nº 11.201/2018, pelo Conselho Municipal de Administração.

PROJETO DE LEI Nº 39, DE 26 DE NOVEMBRO DE 20

INSTITUI A COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO
CIPA - NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNIC
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Itaú de Minas, por seus representa

TÍTULO I

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Fica instituída a Comissão Interna de Prevenção d
doravante denominada CIPA, no âmbito do Poder Executivo
Itaú de Minas.

Art. 2º - A CIPA tem como objetivo principal desenvolver
prevenção de acidentes do trabalho e de doenças profission
condições de trabalho dos servidores públicos municipais,
permanentemente compatível a execução do trabalho com
e a promoção da saúde do servidor.

TÍTULO II

Capítulo I

Da Organização

Art. 3º - A CIPA será composta de 04 (quatro) membros ti

Art. 4º - A composição da CIPA ficará assim disposta:

I - Presidente

II - Vice-Presidente

III - 1º secretário

Parágrafo único - Os titulares serão substituídos utilizando de mais votados, após as substituições próprias entre os titulares, na ordem hierárquica de composição dos membros.

Art. 5º - A Administração Municipal e o Sindicato dos servidores Municipais, indicarão 2 (dois) representantes cada para, no prazo de (noventa) dias, elaborarem o Regimento Interno da CIPA, entre outros, os seguintes itens:

I - atribuições do Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

II - atribuições dos demais membros;

III - sistemática de trabalho;

IV - processo eleitoral;

V - funcionamento da CIPA;

Capítulo II

Das Atribuições da CIPA

Art. 6º - A CIPA terá as seguintes atribuições:

V - estimular os servidores, pela prevenção de acidentes e através de trabalho educativo, a adotar um comportamento trabalho;

VI - acompanhar a avaliação dos locais de trabalho periodicamente, para identificação de situações que venham a trazer riscos para os servidores;

VII - sugerir cursos, treinamentos e campanhas que julgar necessário para melhorar o desempenho dos servidores quando a segurança estiver comprometida;

VIII - participar da elaboração de relatórios, pesquisas e estudos sobre o trabalho;

IX - participar, em conjunto com a Secretaria de Saúde, ou com o empregador, da análise das causas das doenças e acidentes e da adoção de medidas de soluções dos problemas identificados;

X - promover, anualmente, em conjunto com a Secretaria de Saúde, campanhas educativas de prevenção de acidentes do trabalho.

XI - participar da implementação e do controle da qualidade do trabalho, prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades dos locais de trabalho;

XII - colaborar com o desenvolvimento e implementação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, do Programa de Riscos Ambientais - PPRA e de outros relacionados à segurança do trabalho;

XIII - requisitar à Administração e analisar as informações

I - estudo do ambiente, das condições de trabalho, bem como dos riscos originados do processo produtivo;

II - metodologia de investigação e análise de acidentes e doenças;

III - noções sobre acidentes e doenças do trabalho decorrentes dos riscos existentes nos locais de trabalho;

IV - noções sobre doenças sexualmente transmissíveis - DSTs e prevenção;

V - noções acerca da legislação trabalhista e previdenciária e à saúde no trabalho;

VI - princípios gerais de organização do trabalho;

VII - primeiros socorros;

VIII - prevenção contra incêndio;

IX - organização da CIPA e outros assuntos necessários ao cumprimento das atribuições da referida comissão;

X - noções sobre prevenção ao uso de drogas e afins;

XI - noções sobre problemas oriundos de distúrbios psicológicos.

Art. 9º - O treinamento deverá ter carga horária de, no mínimo, 8 (oito) horas distribuídas no máximo, em 8 (oito) horas diárias.

Art. 10º - A CIPA será ouvida sobre o treinamento a ser realizado.

Art. 12 - A Administração Municipal terá um prazo de 90 dias para o recebimento do regimento Interno, para a realização da primeira eleição.

Art. 13 - A eleição, que será obrigatória, realizar-se-á durante o período normal de serviço dos servidores, devendo ter a participação ativa de seus servidores.

Art. 14 - Para cada eleição deverá ser colhida a assinatura de cada servidor em formulário próprio, que ficará arquivado na unidade administrativa por um prazo de 05 (cinco) anos.

Art. 15 - Os membros da CIPA, representantes dos servidores titulares e suplentes, serão escolhidos através de votação secreta, cuja metodologia será contidas no Regimento Interno.

Art. 16 - Assumirão a condição de membros titulares e suplentes os mais votados.

Art. 17 - Em caso de empate, em qualquer situação, assumirá o servidor que tiver maior tempo de serviço prestado à Administração Pública do Município de Itaú de Minas.

Art. 18 - Os suplentes assumirão como titulares em caso de falecimento dos titulares, conforme o regimento interno da CIPA, ou em caso de afastamentos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 19 - O suplente que substituir permanentemente o titular poderá concorrer para um novo mandato e reeleger-se para o mandato subsequente, desde que a substituição se dê após decorrido metade do período referido.

Art. 20 - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário da CIPA serão

Capítulo II

Dos Servidores

Art. 22 - Compete aos servidores públicos municipais, de p
aos estabilizados pelo disposto no art. 19 do Ato das Disposi
Constituição Federal, eleger os membros que comporão a C

Art. 23 - Os servidores deverão cumprir as orientações de s
condições do trabalho, transmitidas pelos membros da CIPA
regulamentadoras.

Art. 24 - Os servidores deverão indicar à CIPA, as situações
sugestões para melhoria das condições de trabalho, riscos a
identificados, bem como, participar das atividades, campan
segurança no trabalho, promovidas no seu ambiente de trab

Art. 25 - Os servidores deverão usar os equipamentos de p
indicados pela Administração, no exercício de suas funções
disciplinar prevista no Estatuto dos Servidores Públicos M

Art. 26 - Quando não forem concedidos equipamentos de s
para o exercício de suas atribuições, os servidores e funcio
comunicar à CIPA.

Art. 27 - Os servidores deverão ainda solicitar a presença d
nos locais em que ocorrerem acidentes de trabalho.

TÍTULO IV

Capítulo I

Parágrafo único - Os membros da CIPA não farão jus a nenhuma gratificação, sendo a função considerada de relevante interesse público para fins de anotação na ficha funcional.

Art. 30 - Os casos não previstos na presente lei obedecerão às Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho sobre o tema Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho.

Art. 31 - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 32 - O Poder Executivo expedirá os atos necessários à execução desta Lei.

Art. 33 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Itaú de Minas (MG), em 26 de novembro de 2010.